

SISTEMA FAXINAL: CABOCLOS ENTRE A IDADE MÉDIA E A PÓS-MODERNIDADE

Cicilian Luiza Löwen Sahr¹
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

Introdução

A imagem da agricultura no Sul do Brasil está geralmente ligada às grandes áreas de plantação de soja, às extensas pastagens de gado e aos enormes silos de cereais, muitas vezes também às cooperativas agrícolas de imigrantes europeus. Surge assim, como resultado, uma paisagem monótona que advém de um intenso processo de modernização com grande concentração de terras, expulsão de pequenos agricultores e prejuízos ecológicos, e que intervém sobre um sistema social e ecológico tradicional. Diante deste cenário, infelizmente pouca atenção tem se voltado à população tradicional, comumente denominada de *caboclos*. Apesar de considerável pressão, este grupo vem conseguindo manter-se, até hoje, parcialmente afastado dos processos de modernização, preservando seu modo de vida.

Os *caboclos* vivem há mais de dois séculos nos *sertões* do Sul, nas matas subtropicais dos planaltos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Aí eles vêm praticando, sobretudo ao longo dos vales dos rios, um sistema de uso integrado da terra que abrange, além da atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira, a produção de erva-mate e também a agricultura de subsistência. Este tipo de uso integrado é denominado no Sul do Brasil de *Faxinal* ou *Sistema Faxinal*.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul os *Faxinais* já há muito tempo pertencem ao passado. Isto se deve, sobretudo, a influência cultural de colonos imigrantes (alemães, italianos, poloneses, entre outros) do século XIX e também a guerra civil que foi conduzida contra os *caboclos* entre os anos 1912-1916 (Questão do Contestado). No estado mais setentrional do Sul, ou seja, no Paraná, existe ainda hoje cerca de 50 *Faxinais* remanescentes na região da Mata Araucária, embora estes também se encontrem sob constante e crescente ameaça. Desta forma, os *Faxinais* merecem mais atenção, pois representam uma forma de uso da terra bastante antiga (se não a mais antiga) do Brasil Colonial e podem ser considerados testemunhos de uma identidade socioeconômica, que não deriva da elite dos grandes proprietários. De outro lado são também singulares, pois se

¹ UEPG/UFPR cicilian@uol.com.br

² UEPG cunhageo@uepg.br

caracterizam por um intenso entrelaçamento entre uso humano e preservação da natureza, e com isto podem ser interpretados como exemplos de uso sustentável.

Enquanto a política agrária brasileira até os anos 1995 quase não se preocupou com o fomento a produção da agricultura familiar, observa-se deste então uma nova tendência. Assim, o atual governo (2002-2006), em continuidade a política do governo antecessor, ao lado de uma política de estímulo a exportação de soja, café, carne e outros produtos, também coloca o fomento da agricultura familiar em sua lista de prioridades, isto em virtude, sobretudo, de motivos sociais. Assim, não é de se estranhar que no Paraná um sistema tradicional de uso da terra comece a ganhar espaço na agenda política. Este espaço, todavia, vem sendo conquistado pela sociedade civil junto ao governo estadual, onde cientistas, organizações não governamentais e órgãos sócio-ambientais de caráter governamental concentram esforços.

Com este cenário de fundo será discutido a seguir, até que ponto os *Faxinais* funcionam como um sistema que integra o ser humano e a natureza, qual o significado ecológico e social destes no Sul do Brasil e quais as conseqüências de uma política agrária sustentável na região.

Campos e florestas: um ambiente complexo

O Sul do Brasil deixa-se dividir em diferentes paisagens naturais (BIGARELLA; BLASI e BREPOHL, 1997; MAACK, 2002; AB´SÁBER, 2003). Atrás de uma faixa de *Litoral* com vales submersos, lagunas e ilhas se levanta a *Serra do Mar* atingindo 2.000 metros, que se estende pelos Subtrópicos coberta pela Mata Atlântica. Na seqüência tem-se o *Primeiro Planalto*, com rochas metamórficas do pré-cambriano, formando uma paisagem ondulada, onde a vegetação florestal original com influência atlântica quase não existe mais. O *Segundo Planalto* surge com a formação de uma bacia sedimentar dos mares devoniano e siluriano, compondo-se de uma seqüência de rochas areníticas e argílicas, que foram ainda retrabalhadas por glaciação. Aqui, durante o Mesozóico, formou-se uma paisagem de escarpas recortadas por um grande número de rios. O *Terceiro Planalto* compõe-se de uma camada de basalto e outras rochas vulcânicas, cuja massa de lavas derramou do meio do continente sul-americano para o leste no período Cretáceo e que hoje é delimitada pela Serra Geral.

Todos os três planaltos foram cobertos, até o século XX, por um mosaico de formações vegetacionais estépicas e florestais (KLEIN, 1984). Nestes, após a Segunda Guerra Mundial, foram intensificados os usos agropecuários, remanescendo hoje apenas pequenas áreas cobertas por vegetação original. As regiões de estepe com gramíneas, arbustos e algumas plantas semi-xerófitas são denominadas de *Campos* e são encontradas geralmente nas proximidades das Serras (MORO, 2001). Estas são cortadas por pequenos

rios, cuja cabeceira e margens são acompanhadas por mata galeria. Espécies características dos *Campos* são as gramíneas que atingem uma altura de até 80 centímetros. Associadas a estas, há também as palmeiras anãs e os arbustos.

As manchas de *Campos* são rodeados pelo domínio da *Mata de Araucária*, cuja espécie característica é o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Esta se sobressai com sua copa, nitidamente visível, que fica a uma altura de cerca de 20-30 metros. Sua madeira relativamente resistente é bastante utilizada, sobretudo, na construção civil. Mais apreciada, todavia, é a da Imbuia (*Ocotea pulchella*), hoje difícil de ser encontrada, da qual proveio a madeira utilizada na construção das casas mais antigas dos *Caboclos* nos *Faxinais*. Num extrato mais baixo da *Mata de Araucária* aparece a Erva Mate (*Ilex paraguayensis*). Ela é original deste tipo de mata e suas folhas são utilizadas desde o período pré-colombiano para a produção de chá. Um grande número de espécies desta mata é também utilizado como ervas e plantas medicinais pela população local.

O dualismo dos *Campos* e da *Mata Araucária* como fator de povoamento

O dualismo dos *Campos* e da *Mata Araucária* se tornou no Paraná também um elemento fundamental para o processo de povoamento (WACHOWICZ, 1995; MARTINS, 1995; STECA e FLORES, 2002). No século XVI quando os jesuítas espanhóis avançaram do Paraguai para o leste, seguindo os rios e alcançando os Terceiro e Segundo Planaltos, eles foram encontrando índios Guaranis. Estes índios viviam em pequenos povoados no vale dos rios com suas grandes famílias e garantiam sua alimentação básica através de uma agricultura de subsistência e de uma extração vegetal diversificada. Aos poucos os espanhóis foram se estabelecendo, fundando ali 13 Reduções Jesuíticas, locais nos quais eles diziam proteger os índios da exploração dos portugueses, todavia, utilizavam-nas também para a doutrinação destes. Nas proximidades das Reduções aumentavam gradativamente as atividades de povoamento nos vales dos rios. Os Jesuítas trouxeram, além da religião, novas técnicas agrícolas (ex. arado), a criação de animais (equínos, bovinos, ovinos e suínos) e intensificavam também, ao mesmo tempo, a produção de mate dos índios.

A experiência jesuítica, entretanto, encerra-se abruptamente em 1628 e os caçadores de escravos de São Paulo, chamados *Bandeirantes*, expulsam índios e padres para o atual estado do Rio Grande do Sul. Mesmo sem comprovação arqueológica, parece ter havido um despovoamento do oeste do Paraná, até aquele momento já relativamente povoado. Apenas sobre os *Campos* encontravam-se ainda pequenos grupos de índios, eram os Kaingang (MOTA, 1994). Estes eram caçadores e coletores, que viviam em transumância semi-nomade entre as *Matas de Araucária* e os *Campos*. No tempo da colheita do pinhão (semente da araucária) eles alimentavam-se durante três meses quase

que exclusivamente destes. Até hoje o pinhão apresenta-se como um alimento essencial para a população *cabocla*.

Quando no século XVIII foram descobertos ouro e pedras preciosas no sudeste brasileiro, transforma-se todo o sistema de transporte e povoamento do Brasil. Agora era preciso vencer distâncias continentais e não mais marítimas, para tanto eqüinos, bovinos e muares tornam-se necessários como animais de carga. Estes eram criados nos Pampas do Sul do Brasil e trazidos para São Paulo através de um sistema de caminhos. Os “Caminhos de Tropas” cruzavam as ilhas de *Campos*, onde começam a surgir *Fazendas* de gado (LOPES, 2002 e 2004; VILLELA, s.d.). Surge nesta fase uma elite campeira, representada pelos grandes proprietários de terra.

Também nesta fase, os índios Kaingang são então gradativamente empurrados para as matas. Nelas sumiram também não poucos vaqueiros, escravos fugidos e aventureiros e talvez também nela se encontrassem o restante da população Guarani e familiares dos *Bandeirantes*. Assim, forma-se no século XVIII no Sul do Brasil uma população autóctone, os *Caboclos*, que desenvolve na floresta, quase sem referencia na Historiografia, um outro tipo de sistema agropecuário, os *Faxinais*, paralelamente ao desenvolvimento das grandes propriedades dos *Campos*. A dualidade da paisagem natural transforma-se, desta forma, numa dualidade também na gênese de povoamento.

A organização do Sistema Faxinal da Mata de Araucária

Os termos *Faxinal* e *Sistema Faxinal* são utilizados, na maioria das vezes, como sinônimo. Alguns autores definem o *Sistema Faxinal* como a forma de organização camponesa com criação extensiva de animais em áreas comuns; extração florestal dentro do criadouro comum e policultura alimentar de subsistência (CHANG 1988a). Outros apontam o *Faxinal* como um sistema agrossilvopastoril secular com características singulares de uso da terra (DOMINGUES 1999).

A organização do Sistema Faxinal está dividida basicamente em três espaços principais (CHANG 1988b). As terras do *Criadouro Comum* são, em geral, formadas por vales com relevo suavemente ondulado e presença de cursos d'águas. Elas abrigam um ambiente florestal alterado pelo pastoreio extensivo. Já as *Terras de Plantar* se localizam geralmente nas encostas, em áreas mais íngremes, e são separadas do criadouro através de um sistema de cercas e/ou valos (Fig. 1).

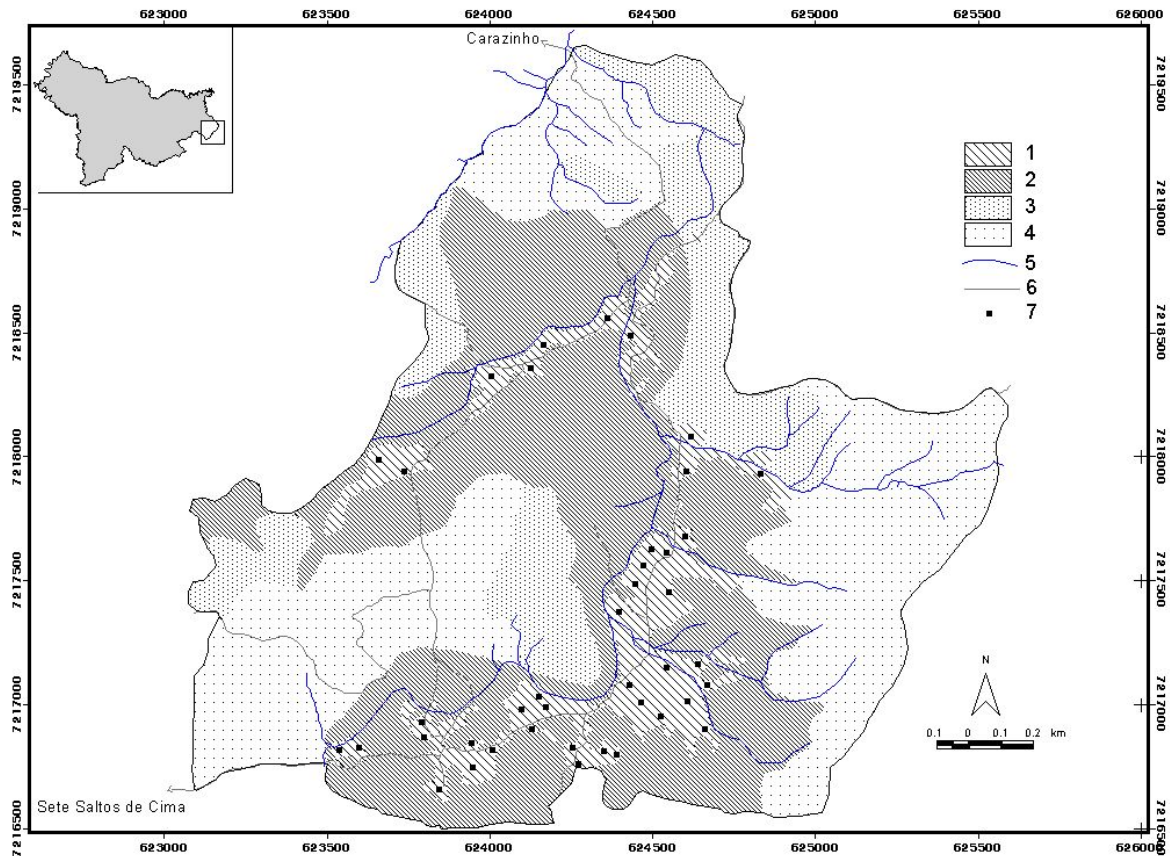


Fig. 1: Esquema de disposição física do

Faxinal Sete Saltos de Baixo – Ponta Grossa – PR

- 1 – Pastagem e Mata aberta; 2 – Mata fechada (Floresta de Araucária);
- 3 – Macega; 4 – Roça; 5 – Rio/Arroio; 6 – Estrada/Caminho; 7 – Casa/Paiol

Base Cartográfica: Foto Aérea da Aerosul S.A. – 1980; Foto Aérea da Universal S.A. - 1996

Concepção e Cartografia: LÖWEN SAHR, C. L.; BERTO, V. Z.

Criadouro Comum é o espaço onde a comunidade faxinalense habita e cria seus animais. O cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas, as festas religiosas e pagãs, compõe uma estrutura e as representações de um modo de vida faxinalense que se transforma continuamente, embora existam várias permanências. Neste espaço o uso da terra é coletivo, mas a propriedade sobre a terra continua sendo privada. Aí se encontra o gado miúdo (principalmente porcos) e o gado graúdo (cavalos, bois). Outra atividade importante no criadouro é a extração da madeira e erva-mate.

As *Terras de Plantar* são terras localizadas fora do criadouro comum e são usadas individualmente. As lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, tendem a situar-se

nas imediações do criadouro onde residem. Os produtos mais cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca. Em geral, a técnica de plantio é a de rotação de terra, utilizando-se a queimada para limpeza do terreno.

Até a metade do século XX um quinto do território paranaense era composto pelos Faxinais. Estes se formaram nas áreas onde se encontravam as Florestas de Araucárias. O levantamento mais abrangente realizado até o momento foi o de 1994 realizado pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). Segundo este levantamento, em 1994 o número total de Faxinais no Paraná chegava a 121. Uma atualização recente efetuada pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) demonstra que 44 destes ainda se mantêm (MARQUES, 2004) (Fig. 2). Estes 44 Faxinais agregam cerca de 3.000 famílias, com uma população de aproximadamente 16.000 habitantes.

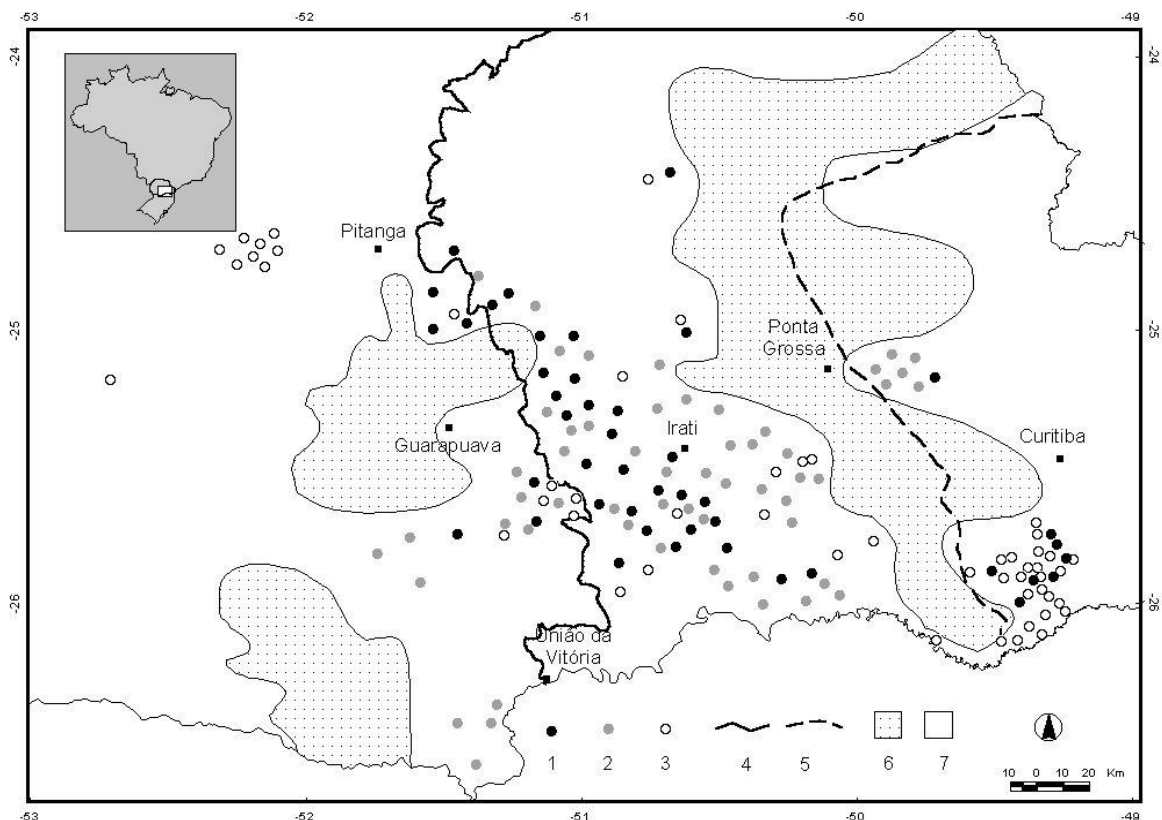


Fig. 2: Distribuição dos Faxinais no Paraná – Situação Atual

1 – Faxinais Remanescentes; 2 – Faxinais Desativados; 3 – Faxinais Extintos;

4 – Escarpa da Serra Geral; 5 – Escarpa Devoniana; 6 – Campos; 7 – Mata de Araucária.

Fonte dos Dados Brutos: MARQUES (2004).

Base Cartográfica: CIGOLINI, MELLO, LOPES (2001).

Concepção e Cartografia: LÖWEN SAHR, C. L.; BERTO, V. Z.

Verifica-se, pela Fig. 2, que existiram pelo menos 152 Faxinais no Paraná. Atualmente apenas 44 destes são considerados Remanescentes, ou seja, mantêm a organização social típica do sistema; 56 estão Desativados, ou seja, preservam apenas a paisagem de Faxinal com matas de Araucária; e 52 estão Extintos, ou seja, perderam totalmente suas características originais. De qualquer forma, trata-se, sem dúvida, de uma experiência auto-sustentada de relevante importância ecológica, social, histórica e cultural.

A desagregação do Sistema Faxinal e as ações para contê-la

A criação de animais e as plantações extensivas dentro da organização do Sistema Faxinal, tida como atrasada e prejudicial ao progresso econômico e agrícola dos municípios em que eles estão localizados, são alguns dos motivos que criam conflitos dentro das comunidades faxinalenses (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003). Quando acontecem discordâncias na comunidade o Sistema fica fragilizado.

A falta de uma política que fixe o pequeno proprietário em suas terras, garantindo os pressupostos básicos para a sobrevivência de suas famílias, faz com que muitos destes pequenos proprietários vendam as suas terras para grandes fazendeiros, que implantam nelas o sistema de monocultura intensiva, devastando as matas nativas que antes sustentavam as comunidades faxinalenses.

A desagregação dos criadouros comuns se processa em diferentes estágios (CHANG, 1988b). Na primeira etapa ocorre o confinamento das criações miúdas, mantendo o criadouro somente para criações graúdas. Na segunda etapa ocorre a piqueteação individual das propriedades, confinando parcialmente também a criação graúda, o que reduz a área comum para a criação graúda do restante das famílias. Na terceira etapa ter-se-ia a desagregação derradeira do criadouro com a retirada das cercas que dividem a criação das lavouras.

As desarticulações do Sistema Faxinal têm implicações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais para os camponeses que vivem dentro da organização do tipo Faxinal, que passam a deixar de ter a relação que antes tinham com a terra e que referenciava também a sua concepção de mundo (LÖWEN SAHR; IEGELSKI 2003). Esta questão não diz respeito somente às comunidades que vivem dentro da organização do Sistema Faxinal, mas também a todo o restante da sociedade, pois as implicações do desaparecimento deste Sistema são amplas e abrangem questões e problemas como a Reforma Agrária, a Política Ambiental e a conservação da Memória deste tipo de comunidade.

Em 1997, após uma série de discussões e mobilizações, foi conquistado o reconhecimento formal da existência do modo de produção auto-sustentável denominado

Sistema Faxinal. Através do Decreto Estadual n. 3.446/1997, o Governo do Paraná reconheceu a existência do Sistema Faxinal e criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) para categorizá-los e incluí-los no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (DOMINGUES, 1999).

Os municípios que possuem Faxinais em seus territórios adquiriram o direito de receber, pela Lei do ICMS Ecológico (Lei Complementar n. 59/1991), um maior percentual na distribuição dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que são repassados pelo Estado. Atualmente, 20 dos 44 Faxinais remanescente encontram-se cadastrados como ARESUR e recebem recursos do ICMS Ecológico. Na maioria dos casos, entretanto, estes recursos aportam aos caixas das Prefeituras, mas na prática pouco tem refletido em benefícios às comunidades e na melhoria de sua qualidade de vida.

Mesmo com o reconhecimento do Sistema Faxinal e o incentivo do ICMS Ecológico em alguns municípios, a tendência generalizada de concentração do capital transforma-o, cada vez mais, como reserva de madeira e de terras agricultáveis. É preciso com urgência se pensar em uma atuação nos Faxinais que garanta sua preservação e respeite suas especificidades.

Dada a constante ameaça à sobrevivência desta forma de uso da terra, tornou-se necessário centrar esforços para que se pudesse, ainda a tempo, delinear diretrizes para a sua preservação e revitalização num contexto regional. Ainda no mês de julho de 2004, uma reunião no município de Rebouças juntou diferentes órgãos e instituições governamentais e não governamentais para discutir a problemática enfrentada nos Faxinais. A discussão foi conduzida com base no *Levantamento Preliminar sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná* (MARQUES, 2004).

Como resultado prático desta reunião criou-se a “Rede Faxinal” que envolve representantes de órgãos do governo (SEMA, IAP, SEAB, IAPAR, etc.), de prefeituras municipais (Ponta Grossa, Rebouças, etc.), de instituições de ensino superior (UEPG, UNICENTRO, etc.), de organizações não-governamentais (IEEP, ING, etc.) e das comunidades faxinalenses³. Para agilizar os trabalhos foram criados ainda três sub-grupos: articulação política, mobilização popular e questão jurídica.

A “Rede Faxinal” vem se reunindo mensalmente visando formatar um Programa que possibilite buscar financiamentos a projetos nos e para os Faxinais. A rede vem discutindo e pensando propostas para viabilizar o fortalecimento desse sistema, criando alternativas

³ SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IAP – Instituto Ambiental do Paraná; SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná; UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa; UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste; IEEP – Instituto Equipe de Educação Popular; ING – Instituto Guardiões da Natureza.

sustentáveis de renda, mas principalmente apoiando e resgatando a auto-estima dos faxinalenses.

Por uma inserção dos Faxinais na Agenda Política

A política agrária brasileira pós 1964 não contemplou o fomento à produção familiar, na qual se insere o Sistema Faxinal. No Paraná, mais especificamente, o que se teve foi um projeto de modernização influenciado pelo menos por três grandes vetores exógenos que se dirigiram ao território no qual se inserem os Faxinais e que foram os responsáveis, em grande parte, pela dissolução de muitos deles (CUNHA, 2003). O primeiro foi o projeto de modernização da agricultura centrado no incentivo a expansão das plantações de soja, que inseriu no meio rural dominado pelo Sistema Faxinal um novo ator social, os grandes proprietários, num sistema incompatível com o “modelo dos Faxinais” e que eles passam a combater (DELGADO; ROMANO, 1999).

O segundo foi o projeto de desenvolvimento rural denominado PRÓ-RURAL, numa parceria entre o governo estadual e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), implementado na década de 1980, cujo instrumento fundamental foi o crédito rural, nos moldes da política que dominava na época, ou seja, os recursos eram direcionados para reforçar a modernização da agricultura já referida. O terceiro refere-se ao projeto de desenvolvimento paranaense fundado numa industrialização voltada para o grande capital e altamente concentrado em Curitiba e que relegou a um segundo plano os setores de industrialização tradicional, principalmente do interior, como aquele ligado ao extrativismo da erva-mate, no qual se insere, em parte, o Sistema Faxinal (CUNHA, 2003).

Essa situação na esfera nacional só começou a mudar após 1995, quando foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que indicou uma nova tendência de valorização da agricultura familiar, que continua ainda no atual governo. Assim, o governo Lula resgatou compromissos históricos, os quais, no entanto, vem esbarrando numa política macroeconômica conservadora e que não vem contribuindo para criação de um ambiente econômico favorável a esse resgate.

Nesse contexto, no Paraná, não é estranho que um sistema tradicional de uso da terra venha a encontrar espaço na agenda política, como é o caso do Sistema Faxinal. Politicamente, o atual governo do Paraná vem procurando marcar posição no sentido de acompanhar o processo de valorização da agricultura familiar, em detrimento de um apoio exclusivo a agricultura empresarial ou patronal. O combate à soja transgênia, uma boa convivência com o MST (Movimento dos Sem Terra) e a preocupação com a desagregação do Sistema Faxinal podem ser inseridos nessa conjuntura política estadual.

Para tal, a denúncia do modelo de desenvolvimento do governo anterior - definido como priorizador dos investimentos industriais centralizados na Região Metropolitana de Curitiba e caracterizado pelos incentivos às grandes multinacionais - foi feita com a divulgação dos dados sobre a extensão dos níveis de pobreza por todo o Estado do Paraná (IAPAR, 2003). Nesses termos, também foi dado destaque a divulgação dos IDH (Índices de Desenvolvimento Humano) dos municípios paranaenses, tidos como os piores do Sul do país (IPARDES, 2003).

Assim, as atenções sobre o Sistema Faxinal vindas dos órgãos estaduais, embora ainda tímidas, inserem-se, em parte, numa proposta maior de voltar-se para o interior. Nesse, a vinculação da economia com o espaço rural ainda é predominante, e, no caso dos Planaltos que abrigam as Matas de Araucária, fortemente marcado por uma agricultura familiar de base camponesa, em especial nas áreas de ocorrência do Sistema Faxinal.

Por outro lado, a revalorização do Sistema Faxinal também se insere num processo de reorientação teórica dos estudos voltados para o meio rural. Esse processo é destacado por WANDERLEY (2000), ao identificar na abordagem denominada de desenvolvimento territorial, os elementos fundamentais dessa reorientação que vem sendo difundida em trabalhos importantes como o de ABRAMOVAY (1999) e de VEIGA (2002).

Nessa nova abordagem, o eixo liga-se a um conceito de território visto como um espaço delimitado, no qual aspectos físicos e econômicos se integram a uma “dimensão sociocultural da população local” (WANDERLEY, 2000, p. 116). Dessa forma “o território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local (...) como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte (p. 117).

Centrada nessa reorientação teórica e conceitual é ainda WANDERLEY (2000) que destaca que há uma dimensão central no desenvolvimento territorial que busca valorizar o patrimônio natural e cultural de cada localidade, mesmo daquelas tidas como economicamente marginais ou vistas como inseridas em zonas desfavorecidas. É aqui que as comunidades ligadas ao Sistema Faxinal podem ser consideradas, por serem possuidoras de um patrimônio natural e cultural a ser preservado, revitalizado e valorizado, pois estas legam um sistema de exploração com valor pelo seu padrão ambiental sustentável e com um modo de vida fundado numa cultura mais que secular.

Desta forma, essa abordagem posiciona-se no campo das críticas às concepções tradicionais de desenvolvimento. Nessas o desenvolvimento rural era eclipsado por uma noção de desenvolvimento de viés setorial, na qual o mundo rural confundia-se com uma visão produtivista e funcional da agricultura, que deveria servir a um processo de homogeneização social centrada na industrialização e no seu corolário sócio-espacial que era uma urbanização desmedida.

Embora a crítica liberal as concepções tradicionais do desenvolvimento apresente um caráter amplo, àquela que se centra na crítica a esse processo de homogeneização relaciona-se ao enfoque pós-moderno, que acredita numa raiz comum entre a noção tradicional de desenvolvimento e o projeto da modernidade. O “pós-modernismo é, [assim] em larga medida, a crítica de uma dada construção da modernidade, melhor, de um projeto de modernização, sem dúvida aquele que dominou os discursos mais poderosos sobre o desenvolvimento e os aparatos correspondentes” (MALUF, 2000, p. 66).

Os Faxinais, enquanto sistemas que remontam a Idade Média, passam assim, a não serem mais vistos como oposição a um projeto de modernidade. Pelo contrário, a pós-modernidade vem exatamente reforçar a necessidade de mantê-los e preservá-los.

Considerações Finais

Diante do quadro apresentado neste artigo, centrado ainda numa discussão preliminar sobre o significado social e ecológico do Sistema Faxinal, alguns pontos podem ser apresentados para as reflexões em torno de uma política agrária sustentável na região:

- O Sistema Faxinal por ter conseguido manter-se, até hoje, parcialmente afastado dos processos de modernização, preservando seu modo de vida, sobreviveu a um processo de homogeneização, o que lhe atribui um aspecto singular em termos culturais. Este aspecto, aliado ao fato de ser também uma das formas mais antigas de uso da terra no Brasil, pode representar o grande diferencial da região da Mata das Araucárias, que pode ser explorado em termos de desenvolvimento local/regional.
- Com a crescente ameaça à Mata de Araucária através do aumento das áreas da agricultura moderna, acredita-se que os Faxinais, por apresentarem características da formação natural desta vegetação, podem contribuir para a proteção e preservação desta. Por esse motivo, o Sistema Faxinal pode ser visto como uma forma de uso mais sustentável, que preserva a Mata do Pinheiro do Paraná sem renunciar totalmente ao uso deste ecossistema.
- Comparando a situação ecológica dos Faxinais a da agricultura moderna, pode-se afirmar que as intervenções que ocorrem nos Faxinais apresentam menor impacto devido aos seus usos múltiplos. Desta forma, o Sistema Faxinal, como exemplo especial de multifuncionalidade da agricultura, deve ser abordado não apenas por critérios econômicos e produtivistas, mas principalmente pelo que significa em termos culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOZAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA/Projeto BRA/97013, 1999.
- AB`SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BIGARELLA, J. J.; BLASI, O. BREPOHL, D. *Lapinha: a natureza da Lapa*. Lapa: Lar Lapeano de Saúde, 1997.
- CHANG, M. Y. Faxinais no Paraná. *Informe de Pesquisa*, Curitiba, v. 12, n. 80, mar. 1988a.
- CHANG, M. Y. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988b. (Boletim técnico, 22).
- CIGOLINI, A.; MELLO, L. de; LOPES, N. *Paraná: Quadro natural, transformações territoriais e economia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CUNHA, L. A. *Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional*. Rio de Janeiro, 2003. 210 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- DECRETO Estadual no. 3.446/1997. *Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências*.
- DELGADO, N.; ROMANO, J. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças – PR. In: COSTA, L.; MOREIRA, R.; BRUNO, R. (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 213-236.
- DOMINGUES, Z. H. *Hierarquização dos faxinais inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Uso Especial, visando ao ICMS ecológico*. Curitiba, 1999. 143 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- EMATER. *Levantamento preliminar dos Faxinais do Estado do Paraná*. Curitiba: 1994.
- IPARDES. *Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2003.
- IAPAR. *Pobreza rural no Paraná*. Londrina: IAPAR, 2003.
- KLEIN, R. M. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. In: *Sellowia*, n. 36, p. 5-54, 1984.
- LOPES, J. C. V. *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região*. Curitiba: 2002.
- LOPES, J. C. V. *Fazendas e sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004.
- LÖWEN SAHR, C. L. ; IEGELSKI, F. *O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses*. Ponta Grossa, 2003. 108p. (Relatório Técnico) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
- MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- MARQUES, C. L. G. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná*. Guarapuava, 2004. 192 p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.
- MARTINS, R. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MORO, R. S. A vegetação dos Campos Gerais da escarpa devoniana. In: DITZEL, C. H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. In: *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: EDUEPG, 2001. p. 481-504.
- MALUF, R. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-85, out. 2000.
- MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná - 1769-1924*. Maringá: EDUEM, 1994.
- NERONE, M. M. *Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997*. Assis, 2000. 286 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista.
- STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: EDUEL, 2002.

VEIGA, J. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLELA, L. M. C. *Semarias, Velhas Fazendas e Quilombos*: Campos de Castro. Castro: Kugler, s.d.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.

WANDERLEY, M. A. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.